

COORDENACAO REGIONAL ARAGUAIA TOCANTINS

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08743.000120/2026-72

2. Descrição da necessidade

2.1 Em razão da não prorrogação das atas de registro de preços n.º 1/2024 (SEI n.º 7867649) e n.º 2/2024 (SEI n.º 7867711), ambas vigentes de 04/12/2024 a 04/12/2025, presentes no processo SEI n.º 08743.000553/2024-66. Verifica-se a necessidade de instaurar processo licitatório para aquisição de gêneros alimentícios, de botijão para gás, material de limpeza, utensílios e ferramentas manuais de cozinha, produtos diversos não metálicos, cutelaria e talheres, artigos de papel para higiene, fósforo, louça e artigos de mesa, visando atender à alimentação (café da manhã, almoço e jantar) dos participantes indígenas durante a realização de eventos realizados junto as comunidades indígenas em suas próprias terras (festas, reuniões, cursos, palestras), subsidiando a execução de ações, constantes em Planos Anuais de Trabalho, dos Serviços de Gestão Ambiental e Territorial (SEGAT) e de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania (SEDISC), ouvidas as UTLs, devidamente remetidos às Coordenações Gerais da Funai com competências correlatas, bem como também é voltado a atender as demandas referentes ao desenvolvimento das atividades administrativas na Coordenação Regional, bem como das Unidades Técnicas Locais, quanto a aquisição de café e açúcar.

2.2 Ressalta-se, que os materiais discriminados acima relacionado às atividades institucionais do SEGAT e SEDISC não serão destinados à alimentação de servidores envolvidos nas atividades, pois, estes fazem jus a concessão de diárias para custeio de despesas de alimentação e hospedagem, sendo exclusivamente reservados para colaboradores indígenas e demais envolvidos nas ações, conforme detalhado em PATs.

2.3 Anteposto, a ausência desses insumos compromete diretamente a atuação dos setores finalísticos, gerando impactos na adequada realização da missão institucional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) de executar e monitorar a política indigenista com vistas à garantia dos direitos e da autonomia dos povos indígenas do Brasil, descrita no Plano Estratégico Institucional da Funai 2024-2027.

2.4 Desse modo, o processo de aquisição se dará por meio da utilização do Sistema de Registro de Preço, tendo em vista não ser possível definir de maneira exata a quantidade a ser demandada pela administração, sendo elaborado apenas um estudo de estimativa prévio. Conforme respalda a legislação, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial (art. 3º do Decreto n.º 11.462, de 2023):

Nota

(...)

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEGAT-CR-ATO	Clarisse Marina dos Anjos Raposo
SEDISC-CR-ATO	Maria Djane Luz Viana

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os materiais a serem adquiridos têm como base os parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

4.1.1 A contratada deverá fornecer os materiais conforme as especificações técnicas prescritas no termo de referência.

4.1.2 Os materiais deverão ser entregues de forma integral, conforme a demanda, em estrita observância às especificações de que trata o termo de referência, para cada item.

4.1.3 O prazo máximo para entrega dos bens no local de entrega é de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, no endereço que consta no termo de referência, para cada item.

4.1.4 Excepcionalmente, o prazo de entrega poderá ser dilatado conforme justificativa aceita pela Coordenação Regional Araguaia Tocantins, não se constituindo esta uma regra a ser considerada, posto que a não entrega no prazo ensejará as penalizações cabíveis a contratada.

4.1.5 A contratada deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de demonstrar a capacidade de entrega de materiais compatíveis com o objeto de licitação.

4.1.6 A contratada deverá atender as prescrições relativas ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU no que se refere as características sustentáveis de consumo do objeto a ser ofertado na licitação e utilização da logística de descarte adequada para o objeto.

4.1.7 Durante a vigência de garantia exigida para os bens, conforme termo de referência, as imperfeições deverão ser arcadas pela empresa vencedora, e, conforme o caso, a sua substituição.

4.1.8 Não serão aceitos materiais em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

4.1.9 Os itens deverão atender às normas do Código de Defesa do Consumidor e as demais vigentes que visam garantir a qualidade dos produtos.

4.1.10 Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, seguro, impostos, taxas, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais licitados.

4.1.11 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos bens.

4.1.12 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em descordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.13 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

4.1.14 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 8 (oito) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.1.15 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

Soluções de mercado

5.1 A aquisição de gêneros alimentícios, de botijão para gás, material de limpeza, utensílios e ferramentas manuais de cozinha, produtos diversos não metálicos, cutelaria e talheres, artigos de papel para higiene, fósforo, louça e artigos de mesa por meio de empresas do ramo é a forma comumente utilizada pelos órgãos públicos para suprir suas demandas, uma vez que o mercado atual possui uma ampla gama de empresas que fornecem o objeto do presente processo licitatório.

5.2 Verificou-se em pesquisa junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), por meio da consulta parametrizada de fornecedores, que o quantitativo de empresas que podem ofertar os materiais é bastante significativo em âmbito local e nacional, propiciando significativa concorrência, o que possibilitará a seleção da proposta mais vantajosa e com o menor custo para a administração.

Solução escolhida

5.3 Justifica-se a escolha do Sistema de Registro de Preços (SRP) pelo objeto enquadrar-se nos pressupostos do Decreto n.º 11.462 de 31 de março de 2023, uma vez que os quantitativos são estimativos, cujas contratações ocorrerão de forma frequente, conforme descentralização dos recursos para essa finalidade, uma vez que a instituição não dispõe de locais com capacidade de estocagem.

5.4 Assim, a presente solução é a melhor opção para a contratação dos itens objetos do processo ora apresentado, possibilitando, ao Órgão, o cumprimento de sua missão institucional.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Para o futuro do certame deverá ser adotada a modalidade Pregão, uma vez que o seu objeto compreende bens classificados como comuns, pois as especificações dos mesmos são usuais no mercado, bem como podem ser objetivamente definidos o padrão de desempenho e qualidade, conforme preconiza o inciso XLI do art. 6º e art. 29 da Lei n.º 14.133/2021, citamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

6.2 Consoante ao disposto no parágrafo § 2º do art. 17 da Lei n.º 14.133/2021, será adotada a forma eletrônica.

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

6.3 Opta-se pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) por enquadrar-se nos ditames do Decreto n.º 11.462/2023, dada a necessidade de contratações frequentes, assim como também não ser possível definir de maneira exata a quantidade a ser demandada, e, muito embora os quantitativos esboçados sejam necessários para a efetivação dos projetos, a aquisição se dará conforme descentralização orçamentária da Funai-Sede, podendo esta ocorrer em sua totalidade ou não, dadas as restrições orçamentárias impostas ao órgão:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

6.4 Por tratar-se de aquisições mediante Sistema de Registro de Preços, a Coordenação Regional Araguaia Tocantins não está obrigada a adquirir os materiais, reservando-se a assim proceder conforme disponibilidade orçamentária do órgão para esse fim, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Intenção de Registro de Preços

6.5 Considerando o disposto no art. 9º, § 2º, do Decreto n.º 11.462/2023, existe previsão legal para a dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), quando o órgão ou a entidade for o único contratante. Nesse caso, em que pese a regra geral ser a obrigatoriedade da manifestação de IRP, ponderamos pela necessidade de conclusão célere do procedimento. Além disso, considerando a escassez de servidores à frente do presente processo

licitatório, a divulgação da IRP tende a trazer dificuldades operacionais, visto que sobrecarregará os responsáveis pela condução do conjunto de procedimentos, com o gerenciamento do registro de preços a outros órgãos eventualmente interessados.

6.6 Embora seja de notório conhecimento a alarmante escassez da Funai, vale frisar que análises recentes estimam uma redução anual de cerca de 10% na força de trabalho da autarquia. Ademais, o envelhecimento do quadro implica redução significativa da capacidade operacional. Nessa temática, remetemos às seguintes referências:

SANTOS, H. S. Análise da distribuição da força de trabalho da Fundação Nacional do Índio. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília.

Acórdão n.º 2626/2015 – Plenário. Tribunal de Contas da União (TCU). Relator: José Múcio Monteiro.

6.7 Outrossim, entende-se viável dispensar a divulgação da IRP no caso concreto, em razão de possível atraso prejudicial à Administração e, principalmente, de o setor competente não dispor de recursos humanos suficientes para executar e gerenciar, a contento, o conjunto de procedimentos decorrentes.

6.8 Soma-se a esse cenário, a necessidade imediata de contratação, decorrente da não prorrogação das Atas de Registro de Preços n.º 1/2024 (SEI n.º 7867649) e n.º 2/2024 (SEI n.º 7867711), essenciais para a continuidade das ações finalísticas da Coordenação Regional Araguaia Tocantins, evitando prejuízos aos cronogramas de execução planejados pelo SEDISC e SEGAT-CR-ATO. Como, por exemplo, os planos de trabalho de proteção territorial constantes nos processos SEI n.º 08743.000006/2026-42 e 08743.000007/2026-97. Desse modo, ressalta-se a decisão da equipe de planejamento pela dispensa da divulgação da IRP.

Vigência e Adesão à Ata SRP

6.9 Consoante ao disposto legal, o prazo de vigência da futura Ata de Registro de Preços será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para a qual não será admitida adesão, uma vez que a unidade possui um reduzido efetivo de servidores para atuar como gestores das futuras Atas de Registro de Preços e ainda atender às ações finalísticas.

6.9.1 Considerando a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os quantitativos estimados dos itens foram planejados de forma a permitir eventual ajuste, garantindo a continuidade do fornecimento e o atendimento da demanda do órgão.

6.9.2 Caso seja necessária a prorrogação, os ajustes nos quantitativos seguirão critérios de economicidade, exequibilidade e disponibilidade orçamentária, respeitando os limites legais previstos nos pareceres AGU nº 00015/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e nº 00075/2024 /DECOR/CGU (NUP 71000.062490/2024-61), seq. 58 e 61, respectivamente.

6.9.3 Dessa forma, esta medida visa assegurar que a prorrogação da Ata seja operacionalmente viável e juridicamente respaldada, sem necessidade de novo procedimento licitatório para cobertura de demanda adicional.

Tratamento Diferenciado e Cotas

6.10 Quanto ao tratamento diferenciado e cota para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o art.48, inciso III, e art.49, inciso III da Lei Complementar 123/2006, e art. 8 do Decreto 8.538/2015, cabe à Administração Pública:

Nota

Lei Complementar 123/2006

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

(...)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte

(...)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

Nota

Decreto 8.538/2015

Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

6.11 Ademais, o Decreto 8.538/2015, em seu art.10, Inciso II esclarece que:

Nota

Decreto 8.538/2015

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

(...)

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente

6.12 Ante o exposto, com base no art.49, inciso III, da Lei Complementar 123/2006 e art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/15, o benefício não será concedido na presente licitação. Por entender não ser vantajosa a exclusividade no tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, ou de cotas reservadas, conforme inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, visto que isso representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, pois limitaria demasiadamente a concorrência e a possibilidade de obtenção de propostas vantajosas.

6.13 A aplicação irrestrita da exclusividade no tratamento diferenciado e simplificado para ME/EPP pode gerar consequências indesejadas, comprometendo a eficiência do processo licitatório e o atendimento das necessidades públicas. Em processos anteriores, a adoção dessa medida resultou frequentemente em itens desertos ou fracassados, situações nas quais nenhuma proposta é apresentada ou todas as propostas são consideradas inadequadas ou inexequíveis. Quando isso ocorre, a Administração é forçada a realizar um extenso retrabalho, incluindo:

1. Investigação das causas de deserção ou fracasso;
2. Revisão e ajustes nos termos de referência e especificações técnicas;
3. Elaboração de novos editais e adequações nos critérios de julgamento;
4. Reavaliação das estimativas de preços, considerando oscilações do mercado.
5. Reabertura do certame, implicando em novos prazos e procedimentos administrativos.

Esse ciclo de retrabalho acarreta não apenas em atrasos na aquisição dos bens ou serviços, mas também em custos administrativos elevados, representando desperdício de recursos e comprometimento da agilidade na gestão pública.

6.14 Outro risco identificado é a fragmentação de itens e efeitos na concorrência e qualidade, pois em licitações com objetos complexos ou **aquisições em grande escala**, essa fragmentação pode afastar fornecedores de maior porte que poderiam oferecer condições mais vantajosas em termos de preço, prazo e qualidade. A ausência desses fornecedores limita a competitividade e pode resultar em propostas menos vantajosas para a Administração. Além disso, a divisão de itens entre múltiplos fornecedores, especialmente quando há variação nas capacidades técnicas e logísticas dos participantes, pode acarretar dificuldades na padronização das entregas, impactando a qualidade dos produtos e a pontualidade nos prazos de entrega. Isso compromete a execução de políticas públicas que dependem de homogeneidade e pontualidade na disponibilização dos materiais. Dessa forma, ao optar por não aplicar a exclusividade para ME/EPP, busca-se preservar a eficiência administrativa e garantir uma ampla participação de fornecedores, permitindo à Administração selecionar a proposta mais vantajosa, considerando não apenas o preço, mas também a qualidade dos produtos, a capacidade de entrega e a confiabilidade dos fornecedores.

6.15 Conclui-se que a decisão de não destinar itens exclusivos para ME/EPP no presente processo licitatório fundamenta-se em uma análise abrangente dos impactos que essa medida poderia causar na competitividade e na eficiência administrativa. A medida visa evitar retrabalhos, morosidade e desperdício de recursos, conduzindo a licitação de forma ágil e garantindo o melhor resultado para o interesse público. Ao manter o certame aberto a uma maior diversidade de fornecedores, assegura-se a possibilidade de contratação com qualidade, economicidade e responsabilidade, atendendo plenamente às demandas da sociedade.

6.16 Além disso, ressalta-se que, em experiências passadas, ao tentar adicionar a cota de 25% para ME/EPP, constatou que o sistema não apresenta o benefício tipo III em pregões SRP, que é a opção que se aplica à referida cota, sendo necessário adicionar cada item separadamente na IRP, o que, devido à contratação ser em grande escala, geraria morosidade e ineficiência no processo licitatório. Sendo assim, não há que se falar em cotas para o futuro pregão.

Catálogo de Padronização

6.17 O Catálogo Eletrônico de Padronização, definido pelo art. 6º, inciso LI, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pela Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022, foi integralmente utilizado como referência obrigatória para todos os itens desta contratação.

6.17.1 Os itens “Água Mineral”, “Café” e “Açúcar” seguem o catálogo, com a inclusão de requisitos legais adicionais, conforme legislação específica vigente, garantindo conformidade técnica e sanitária:

- Água Mineral: Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841/45, arts. 29 a 31);
- Café: Portaria SDA/MAPA nº 570/2022 e normas sanitárias da Anvisa;

- Açúcar: IN nº 75/2020 da Anvisa.

6.17.2 Dessa forma, a utilização do catálogo foi observada integralmente, e as especificações adicionais foram aplicadas apenas para atender à legislação vigente.

6.17.3 Descrição dos itens:

6.17.4 Item 21: Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável:

6.17.4.1 CATMAT: 445484

6.17.4.2 Unidades de fornecimento: 500 mililitros (ml);

6.17.4.3 Tipo de embalagem:

6.17.4.3.1 Garrafa de 500 mililitros (ml).

6.17.4.3.2 Material: embalagem do tipo PET, descartável, de único uso, tampa plástica e rótulo informativo do produto.

6.17.4.4 Validade da água: no mínimo, de 6 (seis) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

6.17.5 Item 22: Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável:

6.17.5.1 CATMAT: 445484

6.17.5.2 Unidades de fornecimento: 20 litros(l);

6.17.5.3 Tipo de embalagem:

6.17.5.3.1 Garrafa de 20 litros(l).

6.17.5.3.2 Material: embalagem do tipo PET, descartável, de único uso, tampa plástica e rótulo informativo do produto.

6.17.5.4 Validade da água: no mínimo, de 6 (seis) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

6.17.6 A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.

6.17.6.1 Ademais, as informações dispostas no rótulo do produto devem atender às exigências do Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841/45), especialmente quanto à identificação da fonte, natureza da água, localidade, dados da concessão, nome do concessionário, composição físico-química, volume do conteúdo e data de engarrafamento, conforme arts. 29 a 31.

6.17.7 Item 23: Apresentação: Torrado e moído. Tipo: Único. Torrefação: Ponto de Torra Média

6.17.7.1 Código CATMAT: 606523

6.17.7.2 Embalagem:

6.17.7.2.1 Tipo: pacote

6.17.7.2.2 Unidade de medida: 500 g

6.17.7.2.3 Material: o material da embalagem em contato direto com o café, deverá ser de material adequado e observando a legislação específica vigente.

6.17.7.2.4 Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a. Grupo: torrado e moído;

b. Informação da espécie de café com a expressão "100% (nome da espécie)", ou a predominância da espécie com a expressão "predominantemente (nome da espécie)", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a informação da variedade do café;

b. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "café", seguida da marca comercial, se houver;

c. Identificação do lote;

d. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;

e. Ponto de torra ou a classificação da torra;

f. Prazo de validade;

g. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário; e

i. Peso líquido.

6.17.7.3 Características de torrefação: correspondem ao ponto de torra e à classificação da torra que estão estabelecidas no Anexo IV da Portaria SDA/MAPA nº 570, de 2022.

6.17.7.4 Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

6.17.8 Item 24: Açúcar. Coloração: Branca. Tipo: Cristal

6.17.8.1 Código CATMAT: 603269.

6.17.8.2 Embalagem:

6.17.8.2.1 Tipo: Pacote.

6.17.8.2.2 Unidade de medida: 2 kg

6.17.8.2.3 Material: o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.

6.17.8.3 Rótulo: informações que devem constar:

- a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- b. A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;
- c. Identificação do lote;
- d. Peso líquido;
- e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm², por exemplo, sachê de açúcar.
- d. Prazo de validade.

6.17.8.4 Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

3390.30 - Material de Consumo
04 - Gás e Outros Materiais Engarrafados
07 - Gêneros de alimentação
19 - Material de acondicionamento e embalagem
21 - Material de copa e cozinha

22 - Material de limpeza e produção de higienização

Grupo	Item	Descrição	CATMAT	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	01	Arroz Beneficiado Tipo: Agulhinha /Branco, Subgrupo: Polido, Classe: Longo Fino, Qualidade: Tipo 1, Característica Adicional: Orgânico	472895	Embalagem 5 Quilograma	11.000	R\$ 23,00	R\$ 253.000,00
	02	Leguminosa Variedade: Feijão Carioca, Tipo: Tipo 1	464553	Embalagem 1 Quilograma	11.000	R\$ 6,49	R\$ 71.445,00
	03	Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker, Ingredientes: Sem Gordura Trans, Características Adicionais: Sem Lactose	456468	Pacote 400 Gramas	4.500	R\$ 4,32	R\$ 19.440,00
	04	Biscoito Sabor: Coco, Tipo: Rosquinha, Características Adicionais: Redondas, Trançadas	617795	Pacote 400 Gramas	4.500	R\$ 4,75	R\$ 21.375,00
	05	Macarrão Teor De Umidade: Massa Seca, Base Da Massa: De Farinha De Trigo, Apresentação: Espaguete	458951	Embalagem 500 Gramas	7.500	R\$ 3,30	R\$ 24.750,00
	06	Manteiga Tipo: Primeira Qualidade, Composição: Com Sal	446393	Embalagem 500 Gramas	4.000	R\$ 22,39	R\$ 89.580,00
	07	Leite Em Pó Origem: De Vaca, Teor Gordura: Integral, Solubilidade: Instantâneo	446019	Embalagem 400 Gramas	3.000	R\$ 14,30	R\$ 42.900,00
	08	Leite Fluido Origem: De Vaca, Tipo: A, Teor Gordura: Integral, Processamento: Uht	445995	Caixa 1 Litro	1.500	R\$ 5,30	R\$ 7.950,00
	09	Massa De Tomate Tipo: Molho Pronto, Composição: Polpa De Tomate, Sal, Temperos Naturais, Apresentação: Líquido	620460	Embalagem 340 Gramas	3.500	R\$ 3,39	R\$ 11.865,00
	10	Farinha De Mandioca Grupo: Seca, Subgrupo: Branca, Classe: Fina, Aspecto Físico: Tipo 1, Acidez: Baixa Acidez	458918	Embalagem 1 Quilograma	8.500	R\$ 4,78	R\$ 40.630,00
	11	Óleo Vegetal Comestível Tipo: Puro, Espécie Vegetal: Soja, Tipo Qualidade: Tipo 1	463692	Embalagem 900 Mililitro	5.000	R\$ 7,92	R\$ 39.600,00

1

12	Suco Apresentação: Líquido, Sabor: Cajú, Tipo: Natural, Características Adicionais: Concentrado, Sem Açúcar, Rende Mínimo 8l Por 1l Suco, Validade: 12 MESES	397628	Garrafa 500 Mililitro	3.000	R\$ 6,90	R\$ 20.700,00
13	Sal Tipo: Refinado, Aplicação: Alimentícia, Características Adicionais: Teor Mínimo Cloreto De Sódio 98,5%	291893	Saco 1 Quilograma	600	R\$ 1,50	R\$ 900,00
14	Vinagre Matéria-Prima: Vinho Branco, Tipo: Macio, Acidez: 4,50 PER, Aspecto Físico: Líquido, Aspecto Visual: Límpido E Sem Depósitos	217093	Frasco 750 Mililitro	500	R\$ 3,75	R\$ 1.875,00
15	Amido Base: De Mandioca, Grupo: Fécula, Subgrupo: Pó, Acidez: Polvilho Azedo, Aspecto Físico: Tipo 1	481086	Embalagem 1 Quilograma	1.800	R\$ 7,50	R\$ 13.500,00
16	Tempero Tipo: Completo Sem Pimenta, Apresentação: Pasta, Aplicação: Uso Culinário	233873	Embalagem 1 Quilograma	800	R\$ 8,20	R\$ 6.560,00
17	Farinha De Milho Grão: Amarelo, Tipo: Flocada, Apresentação: Pré-Cozida, Característica Adicional: Não Transgênico	479080	Embalagem 1 Quilograma	800	R\$ 3,94	R\$ 3.152,00
18	Achocolatado Apresentação: Pó, Sabor: Tradicional, Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas	463556	Embalagem 400 Grama	4.000	R\$ 6,20	R\$ 24.820,00
19	Peixe Em Conserva Variedade: Sardinha, Apresentação: Descabeçada E Eviscerada, Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível	449006	Embalagem 250 Grama	88.000	R\$ 9,89	R\$ 870.320,00
20	Pão Base: De Farinha De Trigo Refinada, Tipo: De Forma, Tipo Adicional: Tradicional, Apresentação: Fatiado, Característica Adicional: Baixa Caloria, Tipo	460404	Embalagem 400 Grama	6.000	R\$ 6,99	R\$ 41.940,00

		Embalagem: Embalagem Individual					
	21	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material, Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	445484	Garrafa 500 Mililitro	7.000	R\$ 2,77	R\$ 19.390,00
	22	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	445484	Garrafão 20 Litro	600	R\$ 16,45	R\$ 9.870,00
	23	Café Apresentação: Torrado Moído, Tipo: Único, Torrefação: Ponto De Torra Média	606523	Pacote 500 Gramas	8.800	R\$ 31,00	R\$ 272.800,00
	24	Açúcar Tipo: Cristal, Coloração: Branca	603269	Embalagem 2 Quilograma	5.400	R\$ 7,07	R\$ 38.178,00
TOTAL GRUPO 1							R\$ 1.946.540,00
	25	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Patinho, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado (A)	447448	Quilograma	12.000	R\$ 34,50	R\$ 414.000,00
	26	Carne De Ave In Natura Tipo Animal: Frango, Tipo Corte: Sem Miúdos, Apresentação: Inteiro, Estado De Conservação: Congelado(A)	447588	Quilograma	12.000	R\$ 12,59	R\$ 151.140,00
	27	Carne Salgada Tipo Corte: Ponta De Agulha - Charque, Origem: Bovina, Apresentação: Em Mantas, Estado De Conservação: Seco(A)	447734	Quilograma	7.500	R\$ 35,00	R\$ 262.500,00
	28	Peixe In Natura Variedade: Tilápia, Tipo Corte: Filé, Apresentação: Sem Pele, Estado De Conservação: Congelado(A)	448953	Quilograma	9.000	R\$ 40,50	R\$ 364.500,00
	29	Legume In Natura Tipo: Cebola Branca, Apresentação: Orgânico	463784	Quilograma	2.800	R\$ 5,25	R\$ 14.700,00
	30	Queijo Origem: De Vaca, Variedade: Minas, Tipo: Fresco, Apresentação: Peça	446660	Quilograma	2.000	R\$ 34,00	R\$ 68.000,00
	31	Condimento Tipo: Alho, Apresentação: Natural, Adicional:	463938	Quilograma	2.800	R\$ 19,82	R\$ 55.496,00

2		Cabeça					
	32	Verdura In Natura Tipo: Repolho Branco / Verde, Apresentação: Orgânica	467414	Quilograma	3.000	R\$ 5,00	R\$ 15.000,00
	33	Legume In Natura Tipo: Cenoura	463770	Quilograma	3.000	R\$ 4,99	R\$ 14.970,00
	34	Legume In Natura Tipo: Tomate Salada, Apresentação: Orgânico	609442	Quilograma	3.000	R\$ 7,08	R\$ 21.255,00
	35	Legume In Natura Tipo: Mandioca / Aipim	463795	Quilograma	3.000	R\$ 5,32	R\$ 15.960,00
	36	Legume In Natura Tipo: Batata Doce	463753	Quilograma	3.000	R\$ 5,53	R\$ 16.590,00
	37	Legume In Natura Tipo: Batata Inglesa	463754	Quilograma	3.000	R\$ 6,99	R\$ 20.970,00
	38	Legume In Natura Tipo: Abóbora Cabotiá / Japonesa	463748	Quilograma	3.000	R\$ 6,19	R\$ 18.585,00
	39	Legume In Natura Tipo: Inhame	463789	Quilograma	3.000	R\$ 9,11	R\$ 27.330,00
	40	Fruta Tipo: Banana Prata / Banana Branca, Apresentação: Natural	464381	Quilograma	3.000	R\$ 6,61	R\$ 19.845,00
	41	Fruta Tipo: Maçã Golden, Apresentação: Natural	464403	Quilograma	3.000	R\$ 12,51	R\$ 37.530,00
	42	Fruta Tipo: Melancia Vermelha, Apresentação: Natural, Adicional: Orgânica	467419	Quilograma	8.000	R\$ 4,39	R\$ 35.120,00
	43	Ovo Origem: Galinha, Grupo: Vermelho, Classe: A, Tipo: Grande	446622	Bandeja 12 Unidade	500	R\$ 10,30	R\$ 5.152,50
TOTAL GRUPO 2							R\$ 1.578.643,50
	44	Fósforo Material Corpo: Madeira, Tipo: Curto	279329	Unidade	200	R\$ 4,18	R\$ 836,00
	45	Copo Descartável Material: Polipropileno, Capacidade: 200 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes, Características Adicionais: Atóxico, De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branco	419219	Unidade	1.600	R\$ 5,75	R\$ 9.200,00
	46	Guardanapo De Papel Material: Celulose, Largura: 22 CM, Comprimento: 24 CM, Cor: Branca, Tipo Folhas: Simples	392703	Unidade	800	R\$ 3,00	R\$ 2.400,00
		Copo Descartável					

47	Material: Plástico, Capacidade: 50 ML, Características Adicionais: Pacote 100 Unidades	618311	Unidade	1.600	R\$ 4,29	R\$ 6.864,00
48	Bacia Material: Alumínio, Diâmetro: 70 C	247708	Unidade	90	R\$ 73,00	R\$ 6.570,00
49	Bacia Material: Plástico, Capacidade: 40	292589	Unidade	90	R\$ 30,07	R\$ 2.706,75
50	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 1,90 L, Cor: Não Aplicável, Altura: 357 MM, Comprimento: 144 MM, Largura: 120 M	219520	Unidade	50	R\$ 92,30	R\$ 4.615,00
51	Coador Café Material: Flanela, Tamanho: Grande, Aplicação: Para Bule, Características Adicionais: Com Cabo	244285	Unidade	80	R\$ 9,40	R\$ 752,00
52	Colher Descartável Material: Plástico, Cor: Branca, Aplicação: Refeição, Características Adicionais: Resistente, Tamanho Adulto	339680	Unidade	4.000	R\$ 5,32	R\$ 21.280,00
53	Faca Descartável Material: Plástico, Cor: Branca, Aplicação: Refeição/Sobremesa	221998	Unidade	2.000	R\$ 5,00	R\$ 10.000,00
54	Talher Descartável Material: Plástico, Tipo: Garfo, Cor: Branca, Tamanho: Adulto	401597	Unidade	4.000	R\$ 3,10	R\$ 12.400,00
55	Caldeirão Material: Alumínio, Capacidade: 22,5 L, Características Adicionais: Com 2 Alças E Tampa	397202	Unidade	110	R\$ 220,39	R\$ 24.242,90
56	Peneira Cozinha Material: Aço, Material Cabo: Aço Inoxidável, Diâmetro: 25 C	617107	Unidade	60	R\$ 31,90	R\$ 1.914,30
57	Caixa Térmica Material: Isopor Revestimento Fibra Vidro, Capacidade: 100 L, Características Adicionais: Dreno Lateral, Tampa Vedação Borracha, Cor: Branca	355084	Unidade	30	R\$ 233,98	R\$ 7.019,40
	Esponja Limpeza Material: Espuma / Fibra Sintética, Formato: Retangular,					

58	Aplicação: Limpeza Geral, Características Adicionais: Dupla Face, Comprimento Mínimo: 100 MM, Largura Mínima: 70 MM, Espessura Mínima: 20 M	352393	Pacote 3 Unidade	200	R\$ 1,77	R\$ 354,00
59	Sabão Barra Tipo: Coco Natural, Peso: 200 G, Formato: Retangular, Cor: Branca	254879	Unidade	1.200	R\$ 2,85	R\$ 3.420,00
60	Detergente Composição: A Base De Ácido Linear Alquibenzeno Sulfônico, Em, Aplicação: Lavagem Manual De Louças, Utensílios E Limpeza Ger, Características Adicionais: Ph 6,5 A 7,5, Aspecto Físico: Líquido	624159	Frasco 500 Mililitro	1.200	R\$ 2,20	R\$ 2.640,00
61	Pano Limpeza Material: 100% Algodão, Comprimento: 70 CM, Largura: 50 CM, Características Adicionais: Chão, Cor: Branca	396308	Unidade	350	R\$ 5,35	R\$ 1.872,50
62	Botijão Para Gás Uso: Doméstico, Capacidade: Cerca De 13 KG, Acessórios: Com Válvula E Mecanismo De Segurança	461517	Unidade	170	R\$ 192,80	R\$ 32.776,00
TOTAL GRUPO 3						R\$ 151.862,85
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 3.677.046,35

7.1 As quantidades estimadas a serem adquiridas foram obtidas por meio da formalização da demanda por parte dos setores requisitantes, presente no processo SEI n.º 08743.000120/2026-72.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.677.046,35

8.1 A contratação está estimada em R\$ 3.677.046,35 (três milhões seiscientos e setenta e sete mil e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos). Os preços referenciais foram baseados na pesquisa de preços 1/2026 (SEI n.º 09782457), conforme o previsto no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021, utilizando o parâmetro I.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei n.º 14.133/2021, o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de

economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2 Dessa forma, analisando a presente contratação, conclui-se pela inviabilidade técnica e econômica do parcelamento, optando-se pela realização da licitação em grupos/lotes para aquisição de gêneros alimentícios, botijão para gás, materiais de cozinha, copa, limpeza e acondicionamento.

9.3 Justifica-se a formação de grupos neste processo licitatório tendo em vista a afinidade e padronização dos materiais para que não haja prejuízo ao conjunto da solução ou perda de escala, visto que tal procedimento não amplia e assim como também não restringe a participação dos licitantes. Por se tratar de produtos correlatos na prática as mesmas empresas competirão em todos os itens da licitação, pois atuam no mesmo ramo de negócio, preservando a competitividade necessária à disputa, e mantendo os princípios fundamentais das licitações públicas.

9.4 Ademais, com a formação de grupos a Administração estará observando o princípio da padronização e uniformização dos produtos, consequentemente, como resultado, estará obtendo a redução de gastos, tempo de entrega e risco de não cumprimento das obrigações por parte do fornecedor, além de possibilitar a melhor gestão da contratação por parte do órgão, uma vez que a Coordenação Regional Araguaia Tocantins é composta por um reduzido efetivo de servidores para o atendimento de suas competências regimentais.

9.5 Ressalta-se que a opção pelo agrupamento dos itens foi precedida de análise quanto à viabilidade de adjudicação por item, nos termos da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, tendo-se concluído que, no caso concreto, a divisão não se mostra a alternativa mais vantajosa para a Administração.

9.6 O agrupamento adotado fundamenta-se na busca por economia de escala e maior vantajosidade da contratação, considerando a redução de custos logísticos, operacionais e de fornecimento decorrentes da contratação conjunta de itens correlatos, conforme previsto no art. 40, §3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.7 No que se refere especificamente ao grupo 2 de gêneros alimentícios perecíveis (carnes, hortifrutigranjeiros, laticínios e ovos), destaca-se que, embora envolvam itens de naturezas distintas, tais produtos são usualmente fornecidos por empresas especializadas no abastecimento alimentar contínuo, que operam com logística integrada, incluindo cadeia de frio e distribuição de produtos in natura. Desse modo, o agrupamento desses itens mostra-se vantajoso sob o ponto de vista logístico e operacional, tendo em vista a necessidade de entregas coordenadas, padronização de qualidade e redução de custos com transporte e gestão contratual.

9.8 No que se refere ao agrupamento dos itens de utilidades domésticas, materiais de limpeza e botijão de gás, destaca-se que, embora distintos em sua natureza, são funcionalmente complementares e destinados ao apoio logístico das ações institucionais desenvolvidas em campo, especialmente no âmbito das atividades executadas pelos serviços finalísticos desta Coordenação Regional.

9.8.1 Tais materiais são utilizados de forma conjunta na execução das atividades, envolvendo preparo de alimentos, acondicionamento, higienização e suporte operacional, especialmente em áreas remotas, o que justifica sua contratação integrada.

9.8.2 Assim, a contratação por grupo proporciona maior eficiência logística, redução de custos operacionais e simplificação da gestão contratual, considerando a necessidade de fornecimento coordenado dos itens.

9.9 Destaca-se, ainda, que o agrupamento adotado não acarreta restrição à competitividade, uma vez que há fornecedores no mercado aptos a atender aos respectivos grupos, sendo assegurada a ampla participação de licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação em epígrafe não possui correlação ou interdependência com outras licitações.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações para o exercício de 2026, conforme consta em sítio eletrônico oficial do Governo Federal (<https://pncp.gov.br/app/pca/00059311000126/2026/21>).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação dos materiais demandados pelos setores requisitantes é fundamental para a implementação dos projetos de Promoção Social, Cultural e de Cidadania encabeçados pelo Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania, bem como dos projetos de etnodesenvolvimento e de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais existentes nas terras indígenas, encabeçados pelo Serviço de Gestão Ambiental e Territorial. Ante o exposto, buscam-se, como benefícios a serem alcançados, a otimização das atividades realizadas por meio de oficinas, encontros, intercâmbios culturais e ações de geração de renda dos povos indígenas assistidos pelas Unidades Técnicas Locais vinculadas à Coordenação Regional Araguaia Tocantins.

12.2 O planejamento, os objetivos e as justificativas relevantes encontram-se ou estarão pormenorizados nos Planos de Trabalho da Coordenação Regional Araguaia Tocantins, os quais deverão prezar pela diversificação de atividades, pela sustentabilidade dos projetos, pela promoção da soberania alimentar e pelo respeito e valorização das particularidades culturais dos povos indígenas atendidos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A autoridade competente da Coordenação Regional Araguaia Tocantins deverá designar servidores capacitados para atuarem como gestores e fiscais do Contrato para acompanharem a entrega dos bens pelas empresas registradas, conforme preceitua a legislação vigente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Possíveis impactos ambientais negativos oriundos desta aquisição guardam relação com o descarte incorreto de produtos como garrafas PET, materiais plásticos, alumínio e outros resíduos nocivos ao meio ambiente. Dessa forma, é importante pontuar o compromisso da Administração Pública Federal com o descarte e manejo correto de produtos que fomentem a degradação do meio ambiente.

14.2 Assim, verifica-se o dever de adquirir bens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, bem como considerar no processo de aquisição de bens os custos ao longo de todo o ciclo de vida do objeto e realizar o descarte de embalagens e resíduos em locais apropriados, destinados à reciclagem. No que se refere ao desfazimento, será observada, quando aplicável, a logística reversa, nos termos da legislação ambiental vigente.

14.3 Portanto, ao cumprir com a responsabilidade legal e social com práticas sustentáveis na aquisição e no descarte, a presente contratação contribui para o combate à poluição e manutenção dos recursos naturais, mitigando efeitos negativos e gerando efeitos positivos para o meio ambiente.

14.4 A contratada deverá observar o que consta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª edição, outubro de 2025, no que couber, e a CONTRATADA deverá contribuir, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, conforme o art. 225, da Constituição Federal/88 e segundo a Lei n.º 14.133/2021, Lei n.º 12.187/2009, Lei n.º 12.305/2010, Decreto n.º 7.404 /2010 e, no que couber, com o art. 5º, da Instrução Normativa/SL TI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Embasando-se nos argumentos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, fica justificado a necessidade da presente aquisição, a fim de atender à alimentação (café da manhã, almoço e jantar) dos participantes indígenas durante a realização de eventos realizados junto as comunidades indígenas em suas próprias terras (festas, reuniões, cursos, palestras), bem como também é voltado a atender as demandas referentes ao desenvolvimento das atividades administrativas na Coordenação Regional, bem como das Unidades Técnicas Locais, quanto a aquisição de café e açúcar.

Conclui-se assim que o certame é necessário e viável tecnicamente, declara-se viável a contratação da solução pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RONALDO PEREIRA DE OLIVEIRA

Técnico em Indigenismo

VANESSA FREITAS SALES BEZERRA

Especialista em Indigenismo

PATRICK MACHADO TEIXEIRA

Especialista em Indegenismo

ELDER PAULO RIBAS DA SILVA

Pregoeiro